

INFORMAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E PRODUÇÃO DE SABERES SOBRE O CRIME: o Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro (1903-1907)

memória científica original

Icléia Thiesen*

André Luís de Almeida Patrasso**

RESUMO:

O século XIX produziu numerosos estudos e ações destinadas a combater o crime, dando origem à criminologia, um saber específico que engendrou a polícia judiciária, a fotografia identificatória, a bertilhonagem, a estatística criminal, a medicina e a literatura do crime. A construção de saberes sobre as “classes perigosas”, no Brasil, fez parte de um projeto político realizado por homens de Estado visando o controle social, onde a função de vigilância-correção foi assegurada por diversas instituições. No presente trabalho analisaremos a instituição que deu origem à sistematização da informação de natureza identificatória - o Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro, hoje Instituto Felix Pacheco. A análise de conteúdo de documentos primários, como relatórios, fotografias, fichas sinaléticas, além da literatura produzida sobre o tema evidencia a existência de um sistema de informação criminal que se aprimorou, ao longo do tempo, para estender-se à identificação civil, no âmbito do que denominamos *inteligência informacional*.

Palavras-chave: Ciência da Informação – Pré-história. Documento. Inteligência informacional. Gabinete de Identificação e de Estatística – Rio de Janeiro.

* Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Coordenadora do Laboratório de História Oral, Informação e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: icleiatiesen@gmail.com

** Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Membro da equipe do Laboratório de História Oral, Informação e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: andrepatrasso@yahoo.com.br

L'impact des imaginaires sociaux sur les mentalités dépend largement de leur diffusion, des circuits et des moyens dont elle dispose. Pour parvenir à la domination symbolique, il est d'importance capitale de contrôler ces moyens qui sont autant d'instruments de persuasion, de pression, d'inculcation de valeurs et de croyances. (...) Les modalités d'émission et de contrôle efficaces changent, entre autres, en fonction de l'évolution de l'armature technologique et culturelle assurant la circulation des informations et des images.

(Bronislaw Baczko, 1984)

I INTRODUÇÃO

A identificação dos indivíduos coincide com a formação do Estado moderno. Para governar os homens e as coisas foi necessário conhecer e categorizar as massas, nomear e instituir identidades sociais, ou seja, “conhecer para reconhecer” (THIESEN, 2010). Qual era o contexto histórico dessas estratégias de controle? Na virada do século XIX tinha ocorrido a abolição da escravatura (1888) e logo após a proclamação da República (1889), cuja capital era a cidade do Rio de Janeiro. Sem qualquer participação popular, a nova instituição republicana demandava outra ordenação social para melhor conduzir o regime e a população, traduzindo-se pelas reformas urbana e policial, assim como pela profissionalização das práticas de controle.

O *Gabinete de Identificação e de Estatística* se institucionalizou em 1903 com o duplo caráter policial e judiciário, definindo para si a função de controle e repressão na capital federal. Estabeleceu uma rede informacional entre os delegados de polícia, o ministério público, as prisões e o Estado, registrando os movimentos criminais e identificando os indivíduos presos pela polícia. Assim, os registros seriam utilizados tanto para fins estatísticos, quanto para assegurar a sistematização das informações sobre os criminosos (PATRASSO, 2011). A longa duração do *Gabinete de Identificação e de Estatística* pode aquilatar sua importância para a sociedade brasileira. Tomou o nome de Instituto Félix Pacheco, em 1942, em homenagem àquele que introduziu, no Brasil, a datiloscopia nos moldes em que era utilizada na Argentina graças a Juan Vucetich.

Este artigo é fruto de pesquisas empreendidas com a finalidade de caracterizar o papel da informação na pré-história da Ciência da Informação¹, tendo por objeto diversas instituições nas quais foi possível vislumbrar um sistema de informações a serviço do Estado, mesmo que de forma embrionária.

A Casa de Correção da Corte instaurou, no século XIX, a fotografia para aperfeiçoar a produção de informação sobre os prisioneiros, além de ter se apropriado e desenvolvido outros saberes construídos a partir das técnicas de observação, como a estatística, a antropometria, a bertillonagem, práticas e discursos legitimados pelo saber médico (Foucault, 1996).

Estabelecemos como objetivo do presente trabalho discutir as representações sobre o crime e o criminoso, construídas a partir do *Gabinete*, com base nos saberes já existentes e nos que vieram a ser formalizados, estabelecendo a união entre a ciência e a polícia, no âmbito das experiências realizadas em laboratório, embrião da Escola de Polícia, criada em 1912. Como veremos, a informação é o personagem central que norteia as ações direcionadas a dar

a cada um o seu lugar, no momento em que a sociedade oitocentista clamava por dispositivos que respondessem à premência da ordem na cidade.

No alvorecer do século XX as condições de formação do Gabinete já existiam, como será explicado mais adiante. Na próxima seção articularemos a literatura do campo da Ciência da Informação com a História, destacando os procedimentos teóricos e metodológicos que nos permitiram identificar e desenvolver a problemática que norteia as ideias aqui evidenciadas. O Gabinete de Identificação e de Estatística será analisado na seção 3, segundo seus modos de funcionamento e sua articulação com a polícia e o judiciário.

2 A INFORMAÇÃO NA PRÉ-HISTÓRIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: fragmentos históricos

A produção de saberes sobre o crime e o criminoso, no Brasil, tem suas raízes na primeira metade do século XIX, no período em que a cidade do Rio de Janeiro, sede na corte do Império passa por momentos de conturbação social, conhecido entre os historiadores como crise de Regência, após a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho. As revoltas que se seguiram ao episódio, em todo o país, suscitaram providências que pudessem debelar as disputas entre grupos políticos que tinham como alvo a chegada ao poder. O medo das chamadas *classes perigosas* toma corpo nas elites políticas, na tentativa de evitar o caos no país, aparentemente já fora de controle.

É nesse contexto que começam a aparecer as primeiras iniciativas em prol da identificação dos revoltosos e, mais ainda, os mecanismos que pudessem prever suas ações. O termo informação frequenta as páginas dos relatórios de ministros ao Imperador Pedro II, tendo sempre o sentido jurídico e identificatório, tal como vemos ocorrer também nos primórdios da história da informação, cujo sentido foi dicionarizado na Enciclopédia de Diderot e d'Alembert um século antes.

A partir desses *achados* em documentos primários do Império – relatórios, fotografias de prisioneiros, entre outros –, levantamos

¹ THIESEN, 2009; PATRASSO, 2011; SOARES, 2011; BRAGA, 2011; ALVES, 2011; ZULLI, 2011; SANTOS, 2011. A pesquisa contou com o apoio do CNPq e da UNIRIO. Nossos agradecimentos às duas instituições e aos bolsistas de iniciação científica que desenvolveram suas respectivas problemáticas, cada qual abordando uma instituição diversa. Agradecemos, ainda, aos que continuam as pesquisas que serão finalizadas em 2013. Ressalte-se que todos cumpriram e/ou estão cumprindo, em seus projetos, o objetivo comum de identificar e analisar a possível existência de um sistema de informação em funcionamento.

questões sobre a pré-história da Ciência da Informação, a natureza do conceito tal como era empregado nos oitocentos, para que pudéssemos elucidar seus significados e representações no mundo da política, mas também no imaginário social. Verificamos o esboço de um sistema de informação, nesse período, razão pela qual verticalizamos a pesquisa ancorando-a em diversas instituições, na busca por um modo de existência comum.

A interdisciplinaridade da Ciência da Informação pôde ser confirmada através da aproximação do campo com a História, seus métodos e abordagens. A partir de um *corpus* de documentos analisados, além da literatura das áreas mencionadas, interrogamos as condições de produção dos documentos, sua intencionalidade, suas formas de circulação na sociedade. A ideia central é historicizar os marcos institucionais do saber informacional que buscavam evidência, saindo da opacidade e da invisibilidade. Isto porque os olhares cruzados da Ciência da Informação e da História logo revelaram o protagonismo da informação com valor de inteligência, que denominamos provisoriamente de inteligência informacional (THIESEN, 2011). É imprescindível conhecer os elementos históricos que estão nas bases da Ciência da Informação, para que possamos compreender aspectos da disciplina até então não inscritos no conhecimento gerado pelas pesquisas da área.

Os estudos de Michel Foucault e de autores que com ele dialogaram nos levaram a buscar nas prisões as primeiras iniciativas em prol do esquema controle-vigilância, instituído graças às ideias preconizadas por Jeremy Bentham e discutidas na corte do Império brasileiro quando da definição das linhas mestras do Código de Processo Criminal de 1832. O panoptismo foi se inserindo nas instituições judiciárias, tendo tido impacto significativo no Regulamento da Casa de Correção da Corte que, aos seus moldes, constitui-se na primeira instituição prisional a estabelecer o objetivo da correção do criminoso através do trabalho (THIESEN, 2010). O “olho que tudo vê”, traduzido por um dispositivo arquitetônico circular, visava ordenar o espaço institucional, de modo a vigiar os internos sem que eles vissem o guarda que os vigiasse no alto de uma torre central (FOUCAULT, 1996).

Identificar minuciosamente os prisioneiros tornou-se vital, com vistas não apenas ao seu reconhecimento em casos de fugas, mas especialmente prevenindo-se contra a reincidência, maior desafio das autoridades judiciais, conforme verificado nos relatórios dos diretores da Casa. Não foi por acaso que a instituição prisional foi pioneira ao instituir como regra a fotografia dos prisioneiros tão logo davam entrada na Casa de Correção. Para além de seu uso pelas elites agrárias e pela nobreza oficial, as imagens fotográficas ganharam o mundo das prisões e constituíram um dispositivo de controle do Estado. Ao procurarem compreender a concepção de dispositivo, dispersa na obra de Foucault, estudiosos identificam

os discursos, as instituições, as disposições arquitetônicas, os regulamentos, as leis, as medidas administrativas, os enunciados científicos, as proposições filosóficas, a moralidade, a filantropia, etc. (...). Quando conseguimos isolar ‘estratégias de relações de força que suportam tipos de saber e vice-versa, então temos um dispositivo’ (RABINOW; DREYFUS, apud FOUCAULT, 1995, p. 134).

Esse verdadeiro laboratório de controle-vigilância produziu técnicas de identificação apoiadas na medicina e na antropometria, como a craneologia que se tornará, mais tarde, uma prática integrante da bertillonagem. O diretor-médico da instituição elaborava estudos sobre a vida dos prisioneiros, fazia medições nos internos, buscando identificar as causas dos crimes, pois se acreditava que as características físicas eram determinantes nas práticas criminais. Conhecedor das pesquisas sobre a degenerescência empreendidas por seus contemporâneos, como Bénédicte-Auguste Morel, é provável que tenha testado em seu atelier fotográfico a teoria da inferioridade racial que explicaria a degradação social, responsável pela formação das mencionadas *classes perigosas*.

Conforme assinalado por Lobo, Morel cunhou essa expressão que ganhou espaço nos documentos datados de meados do século XIX, como os relatórios enviados a D. Pedro II, pelos ministros da Justiça e Negócios Interiores. Lobo (2008, p. 54) explica:

A figura bastante frequente na literatura francesa do século XIX é a de um novo selvagem, não mais o bom selvagem de outros tempos, mas a do operário degenerado, preguiçoso, alcoólatra, libidinoso, vagabundo que dissemina por onde passa o germe da revolução, o perigo da revolta, que Morel denomina “classes perigosas”.

O imperador mostrava interesse por essas ideias e trocou cartas com o conde Gobineau que, segundo Lobo (2008, p. 195) participou como diplomata da Corte do Segundo Império. As diferenças raciais começam a explicar os problemas sociais que impediam o progresso do país, suscitando a identificação dos *degenerados*. O corpo torna-se, então, um arquivo de informações. O registro, o documento, a classificação compõem um circuito informacional, de natureza identificatória, que visa garantir a ordem na cidade, no processo de formação da nação. E a prisão é o laboratório dessas ideias em expansão, mais tarde materializadas no Gabinete de Identificação e de Estatística.

A produção de um saber sobre o condenado é uma prática prevista pelo sistema prisional, que aprimora a técnica do exame, permitindo um acréscimo de poder às instituições do Estado. Como se dava a comunicação interinstitucional? Ao escapar do encarceramento o interno passa a ser perseguido mediante o conhecimento de sua identidade marcada pelo olhar do fotógrafo. Os registros produzidos no interior da instituição são remetidos à Comissão Inspectora da Casa de Correção, ao Chefe de Polícia, às instituições judiciárias e à imprensa. Sabemos que o documentar precede o documento, pois indica a intencionalidade na sua produção. Verificamos a montagem de um sistema de informações a serviço do Estado.

A análise de conteúdo dos documentos relativos ao tema chamou a atenção para o seu papel na formação do imaginário social, quando verificamos a configuração do estigma sobre as camadas sociais menos favorecidas, como escravos, prostitutas, mendigos, alcoólatras, crianças abandonadas nas ruas, integrantes das classes perigosas, como foram definidas por Morel. Trata-se de um conjunto de informações sociais, como caracterizado por Ervin Goffman (1988, p.53):

Uma informação sobre um indivíduo, sobre suas características mais ou menos permanentes, em oposição a estados de espírito, sentimentos ou intenções que ele poderia ter num certo momento. Esta informação, assim como o signo que ela transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem.

As representações construídas sobre o mundo das ruas e do crime suscitaram a formação de diversas instituições do século XIX, quando o Estado põe em prática a política de ordenamento do espaço público, definindo para cada estrato social uma instituição afim. Além da Casa de Correção, o Instituto de Menores Artesãos, o Instituto Benjamin Constant, o Hospício Pedro II, entre outras.

À luz dos estudos de Foucault, buscamos identificar regimes de verdade ou de informação (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2003, p.61) que circulavam no campo social, constituídos de saberes e poderes instituídos, em cuja esteira estabeleceram-se formações sociais que contribuíram para a política de identificação social dos indivíduos aprimorada ao longo do tempo. Veremos, a seguir, a institucionalização dessa experiência identificatória, pavimentada por técnicas de inteligência informacional, materializadas no Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro.

3 O GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO E DE ESTATÍSTICA DO RIO DE JANEIRO

A passagem do século XIX para o século XX é identificada pelas profundas transformações no espaço e no cotidiano dos mais importantes centros urbanos do mundo. A busca pela modernidade trouxe para o interior das grandes cidades um novo conjunto de procedimentos técnicos e comportamentais, cuja viabilidade se deu através da estreita relação entre as elites político-econômicas e os saberes desenvolvidos pela revolução técnico-científica então em curso (SEVCENKO, 1998). No Rio de Janeiro isto não foi diferente, já que a cidade promoveu significativas mudanças em seu espaço físico e nos modos de pensar e agir de sua população,

refletindo as aspirações políticas, econômicas, sociais e culturais, configurando-se um novo cenário desejado.

O processo de modernização do Rio de Janeiro está associado às ações promovidas pelo Estado ao longo das primeiras décadas do século XX. A cidade encontrava-se em uma posição promissora, tendo acumulado em seu interior vastos recursos provenientes da produção cafeeira, do comércio, das finanças e também da indústria, estabelecendo um dos aspectos essenciais do processo histórico de passagem ao capitalismo (NEDER, 1997, p. 111). Por este motivo, era necessário às autoridades municipais encarregarem-se da transformação do espaço urbano carioca, visando o embelezamento e a higienização da cidade, a fim de garantir o progresso das atividades econômicas que aqui se instalavam.

O fim da escravidão e a proclamação da república constituíram, no Rio de Janeiro, um período de profundas alterações no que diz respeito também à sua demografia. O adensamento de sua população, cuja incidência recaiu, principalmente, sobre ex-escravos e imigrantes europeus, deu origem a um processo de reordenação das relações político-sociais, tendo como lócus o trabalhador livre. O aumento populacional da cidade, entretanto, teve como consequência o crescimento do número de pessoas com ocupações mal remuneradas ou até mesmo sem qualquer ocupação fixa, situando-se nas “tênuas fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade”. Membros da elite, políticos e diplomatas se pronunciavam publicamente afirmando estar a cidade repleta de “gatunos e malfeitores de todas as espécies”, além de “gente desocupada em grande quantidade” (CARVALHO, 2008, p.16).

Essa população específica pode ser correlacionada às classes consideradas nocivas ou potencialmente perigosas ao funcionamento da sociedade, conforme mencionado anteriormente. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do exército, da marinha e de navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes, bicheiros, jogadores, capoeiras, entre outros. Tais pessoas “eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez e jogo”, sendo comumente detidos pela polícia e dirigidos à Casa de Detenção (CARVALHO, 2008).

O controle das classes perigosas e o seu monitoramento pelo espaço físico da cidade eram exercidos, basicamente, pela polícia. A necessidade de conhecer e mapear a sociedade mostrava-se cada vez mais importante e, nesse sentido, a tarefa de vigilância permanente revelou-se indispensável (CAVALCANTE, 1985). É preciso, pois, buscar compreender as mudanças operadas na atuação do Estado como agente de controle social, mais especificamente no que se refere às instituições policiais. Identificamos um processo de reestruturação dos regulamentos da polícia carioca, tendo por objetivo a formulação de um modelo preventivo de combate ao crime e à desordem. As reformas policiais no início do século XX dotaram a instituição de novos mecanismos que buscavam analisar e controlar a criminalidade agora com respaldo científico.

3.1 A institucionalização de saberes

As reformas policiais e a consequente criação do Gabinete de Identificação e de Estatística, além de estarem inseridas em um contexto político específico, fazem parte de uma conjuntura científica que pretendia determinar, através da análise minuciosa do indivíduo, tendências ou inclinações à criminalidade. A formação da criminologia, no século XIX, tinha por objetivo a produção de imagens e múltiplas representações a respeito da transgressão criminal, o tolerável e o intolerável a um determinado ordenamento político-social (THIESEN, 2006).

Esse movimento, que procurava analisar a criminalidade sob a ótica da ciência, enfatizava, em maior proporção, a participação do indivíduo criminoso em detrimento do crime, visto neste momento como um fato. Esta ênfase torna-se presente devido à maior penetração do saber médico no campo que até então era dominado majoritariamente pelo direito. Objetiva-se agora a prevenção e a correção do comportamento do criminoso que, sendo portador de uma patologia social, ameaça a sociedade de maneira real e também virtual.

O avanço desses estudos contribuiu para um processo de individualização do crime, necessária à determinação da periculosidade do indivíduo. A busca por esta determinação catalisou o desenvolvimento de uma ideologia

aplicada à criação de técnicas de controle sofisticadas, que deveriam ser dirigidas a uma população específica, tendo em vista a prevenção de infrações, contravenções e crimes. Deste modo, podemos afirmar que a formação de uma ciência individualizante, atenta à potencialidade criminosa dos indivíduos, resultou na criação de uma doutrina baseada na identificação criminal como mecanismo de prevenção (CARRARA, 1990).

A prática da identificação criminal, enquadrada como mecanismo de prevenção de crimes, suscitou o desenvolvimento de algumas reflexões. Em uma delas, Edgard Simões Corrêa, responsável pelos arquivos do Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro, procurou analisar a importância da identificação no contexto policial do início do século XX assinalando que a identidade, no seu sentido jurídico e policial, é o conjunto de características que individualizam uma personalidade. É o que torna, portanto, o indivíduo criminoso único e inconfundível. Entretanto, para ele, o problema da identidade em relação à criminalidade carioca

apresenta-se em toda a sua amplitude com respeito à reincidência. Efetivamente só é possível afirmar que um indivíduo é reincidente quando se provar que ele é o mesmo que cometeu tal ou tais (...) infrações à lei penal anteriormente (CORREIA, 1913, p. 237).

Por isso, para se chegar a um estado em que seja possível provar a identidade daqueles indivíduos que ameaçam a ordem social, a tranquilidade e a segurança pública, é necessário que mecanismos de identificação sejam desenvolvidos e aprimorados.

O aumento da reincidência criminal do século XIX culminou com a prática de “vasculhar a anatomia humana em busca de um sinal natural que marcasse a individualidade do criminoso” (CARRARA, 1990, p. 86). O primeiro método a ser sistematicamente utilizado para a identificação de criminosos foi desenvolvido por Alphonse Bertillon, na segunda metade do século XIX, na França.

Seu método consistia fundamentalmente na tomada das medidas da face,

principalmente do nariz e das orelhas, em fotografias judiciais e no registro de marcas particulares como tatuagens ou cicatrizes. A Bertillonagem (...) foi aplicada pela primeira vez pela polícia francesa, em 1882, e adotada pela polícia de vários países, inclusive a do Brasil, em 1894 (CARRARA, 1990, p. 87).

O sistema de identificação desenvolvido por Bertillon foi fundamental para o contexto da modernidade e, por mais de três décadas, manteve-se preponderante nas ações institucionais da polícia de vários países, inclusive no Brasil. Mas, a possibilidade de

semelhança entre certos indivíduos (...) e a própria variabilidade anatômica do ser humano em desenvolvimento contribuíram para que se continuasse a perscrutar o corpo humano em busca de um sinal físico que servisse como prova positiva de uma identidade individual (...). (CARRARA, 1990, p. 87).

A incessante busca pelo elemento físico e natural que garantisse a individualidade de cada pessoa parece ter sido concluída com o surgimento de um novo sistema de identificação: a datiloscopia. Trata-se de um método que se baseia na análise das papilas dérmicas presentes nas pontas dos dedos dos indivíduos. Seu principal difusor é o iugoslavo radicado na Argentina Juan Vucetich.

Os princípios que nortearam Vucetich e que deram confiabilidade à identificação datiloscópica repousam em três aspectos. Primeiramente, a variação de indivíduo para indivíduo dos desenhos papilares das extremidades dos dedos, não havendo em toda a humanidade dois que sejam iguais. Em segundo lugar, o fato desses desenhos papilares permanecerem imutáveis durante toda a vida de um indivíduo. Por fim, “apesar de diferentes e variáveis, essas saliências são passíveis de uma classificação em tipos definidos, permitindo a classificação das fichas contendo impressões das extremidades papilares dos dedos, tomadas para o fim da identificação” (CARVALHO, 1912, p. 175).

Os três princípios que acabaram tornando a datiloscopia o principal mecanismo de identificação de criminosos aliam-se à simplicidade de sua execução, já que as

instalações para a tomada das impressões eram mais simples e o tempo a ser utilizado era pouco. A identificação pelas impressões digitais acabou permitindo a descoberta da originalidade e da exatidão, já que o sistema datiloscópico propiciava as melhores condições para a polícia identificar os criminosos e combater os reincidentes: eficácia e praticidade (CARRARA, 1990).

Depois de vários trabalhos e pesquisas, Juan Vucetich participou como palestrante do 2º Congresso Científico Latino-americano, ocorrido em 1901 em Montevideu, no Uruguai. O evento teve como um de seus expectadores José Alves Felix Pacheco, então diretor do recém-criado Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro.

O surgimento da datiloscopia, o ideal de prevenção e as novas ideias policiais baseadas no saber médico-jurídico estão amplamente ligados à modernidade e à execução das reformas policiais do Rio de Janeiro. Na busca por combater o crime de maneira científica, até mesmo antes de sua ocorrência, a polícia buscava novas formas de identificar e controlar os potenciais criminosos e possíveis reincidentes. Baseando-se nessas ideias, Felix Pacheco inicia, em 1902, o processo de recolhimento de impressões digitais nas fichas antropométricas para identificação dos indivíduos que passavam pelo Gabinete, até que o decreto de nº. 4.764, de 5 de fevereiro de 1903, introduz a datiloscopia como método superior a qualquer outro na função da identificação de criminosos detidos. Este decreto deu nova denominação ao Gabinete, agora chamado Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro.

3.2 A informação identificatória

A demanda do Estado em identificar criminosos e controlar a sociedade foram as principais motivações para a criação do Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro, cujo empreendimento visava tornar efetiva a identificação criminal de todos os indivíduos que fossem detidos pela polícia.

O advento das impressões digitais como meio possível de estabelecer a identidade de criminosos tornou o Gabinete uma importante referência científica de combate ao crime e à

desordem, fazendo com que suas atribuições fossem ampliadas. Além da identificação de indivíduos detidos, o Gabinete tinha por função auxiliar as investigações através de perícias criminais, reportar às autoridades superiores (chefe de polícia, ministro da Justiça) informações seguras e confiáveis com base nas estatísticas criminais e aumentar o fluxo da ciência criminal na polícia.

Lembramos que a reincidência criminal era a principal preocupação das autoridades do Estado e da polícia em relação à segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. Isto fez com que tal questão se tornasse fundamental influenciando significativamente o trabalho executado pelo Gabinete. De acordo com Edgard Simões Corrêa (1913, p. 237),

o reincidente deve ser conhecido da polícia, que [por sua vez] não o deve perder de vista, pelo perigo que ele oferece à sociedade. É preciso que a polícia possa vigiá-lo, segui-lo em suas peregrinações, reconhecê-lo debaixo dos disfarces por que passa e restituí-lhe a personalidade real e o seu estado civil verdadeiro, a despeito de suas contestações.

Em relação à obrigatoriedade da identificação criminal de todos os indivíduos presos, Corrêa (1913, p. 237) enfatiza que

ou ela seria obrigatória ou os seus resultados seriam incompletos e falazes. Efetivamente, sendo o principal objetivo da identificação, no que respeita à polícia principalmente, o conhecimento dos antecedentes daqueles que perturbam a ordem social e, é claro, sem exceção de quem quer que seja, não se atingiria o alvo colimado se este ou aquele indivíduo pudesse recusar-se à identificação alegando este ou aquele motivo.

Em relação às investigações criminais, o surgimento da datiloscopia propiciou ao Gabinete de Identificação e de Estatística um papel de extrema centralidade também na resolução de crimes. A partir de inquéritos baseados nos estudos das impressões digitais e da análise de locais de crimes, alguns criminosos foram identificados nos arquivos do Gabinete, verificados como reincidentes e presos após cometerem outras infrações. Fatos como estes

estão relacionados à capacidade de reunião, organização e utilização de dados informacionais que dotavam a instituição policial de um conhecimento prévio a respeito dos indivíduos considerados como habituados a infringir a lei penal.

A possibilidade de armazenamento e classificação das informações reunidas pela identificação datiloscópica dotou o Gabinete de um rico banco de dados, tornando possível também a utilização de saberes estatísticos com a finalidade de complementar a identificação individual dos criminosos. De modo geral, o uso da estatística pelo Gabinete possuía uma dupla finalidade: primeiramente, deixar registrada a atuação da polícia (quantidade de prisões, maior incidência geográfica em relação a determinados crimes etc.) e, por fim, fornecer informações precisas, com fins de inteligência, orientando a polícia no prosseguimento de ações preventivas e repressivas.

Um outro objetivo do Gabinete era tornar-se um centro difusor da ciência criminal. Esta função era exercida basicamente a partir de três matrizes. Primeiramente, destaca-se a criação do periódico *Boletim Policial*, publicação que tinha como propósito central colocar os funcionários da polícia em contato com o dia a dia da instituição, atualizando-os sobre casos, investigações, estatísticas, relatórios e artigos policiais variados. Em segundo lugar, o estímulo à participação de diretores e chefes de polícia em eventos, nacionais ou internacionais, que visassem à discussão de assuntos criminológicos. O Gabinete ficou responsável, ainda, pela direção da Escola de Polícia. Criada em 1912, tinha por intenção dotar funcionários e futuros agentes das mais recentes teorias e práticas policiais em curso na Europa e nos Estados Unidos.

A prática da identificação possui em sua natureza o ensejo de produzir informações necessárias ao exercício de determinadas políticas de controle social. Em relação à identificação criminal, o método antropométrico foi responsável por traçar as primeiras diretrizes de uma rede de informações entre a polícia e os poderes judiciário e executivo, fazendo com que o seu idealizador, Alphonse Bertillon, seja considerado por muitos autores como o fundador da polícia científica.

O aperfeiçoamento das redes informacionais inauguradas pela antropometria ficou a cargo do método datiloscópico, que tornou a identificação e a classificação dos seus dados ainda mais eficazes. O aparecimento da datiloscopia proporcionou à polícia do Rio de Janeiro a formação do Gabinete de Identificação e de Estatística, cujos objetivos eram tornar o combate ao crime mais dinâmico e inteligente, sem que fosse necessária, a todo o momento, a utilização da força repressiva. Para isso, visava-se controlar o crime antes mesmo da sua ocorrência a partir do conhecimento gerado a respeito de determinados criminosos através da identificação (BENTHAM, 1987).

Entretanto, além de aprimorar a rede de informações, o advento da datiloscopia propiciou também a possibilidade de controlar as virtualidades, não somente dos criminosos, mas de toda a sociedade. Baseando-se neste pensamento, intelectuais e criminologistas do Brasil e de outros países idealizaram, a partir das impressões digitais, uma ordem social baseada na identificação civil, tornando o sistema informacional ainda mais amplo, pois antes mesmo de um indivíduo cometer um crime, ele já teria sido registrado, o que facilitaria significativamente o trabalho da polícia em sua busca.

Podemos concluir que a identificação, a partir de sua natureza policial, tornou viável o desenvolvimento de sistemas de informação, que buscavam controlar o curso da criminalidade no Rio de Janeiro através de instituições como o Gabinete de Identificação e de Estatística. Além disso, tendo como referência a mesma prática, tornou-se possível a criação de um ideário que acabou tornando obrigatória a identificação para toda a população. Todo esse processo culminou com um saber altamente sofisticado que se denominou biometria.

A pré-história da Ciência da Informação é um terreno ainda pouco explorado. Se não devemos considerar o passado como um bloco monolítico, é certo que somente novas perguntas poderão elucidar de que maneira a informação ocupou o campo social e fundou uma área do conhecimento.

**INFORMATION, REPRESENTATION AND PRODUCTION OF KNOWLEDGE ABOUT CRIME:
The Bureau of Identification and Statistics of Rio de Janeiro (1903-1907)**

Abstract: *The nineteenth century brought to light several studies and actions to fight against crime. They gave origin to criminology, a specific knowledge that led to judicial police, identificatory photography, the Bertillon identification system, crime records, legal medicine and crime literature. In Brazil the acquirement of knowledge about the “dangerous classes” was part of a political project conducted by statesmen aiming at the social control; in this scenario, the surveillance-correction function was undertaken by various institutions. In this paper we analyze the institution that gave rise to the systematization of the identificatory information - the Bureau of Identification and Statistics of Rio de Janeiro, currently Instituto Felix Pacheco. The analysis of the content of primary documents such as reports, photographs, identity cards, besides the literature produced on the subject reveals a criminal information system whose improvement over the years led to civil identification, embedded in the “informational intelligence”.*

Keywords: *Information Science – Prehistory. Informational intelligence. Document. Rio de Janeiro – The Bureau of Identification and Statistics.*

Artigo recebido em 14/10/2012 e aceito para publicação em 30/11/2012

REFERÊNCIAS

ABOUT, I. Les fondations d'un système national d'identification policière en France (1893-1914): anthropométrie, signalements et fichiers. In: *Genèse*, n.54, mars 2003, p. 28-52.

ALVES, Mariana da Hora. **A Junta Central de Higiene Pública e a busca da ordem salutar pública no Rio de Janeiro: informação, controle e vigilância (1850-1889).** Subprojeto de pesquisa desenvolvido pelo bolsista de iniciação científica (PIBIC). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011.

BACZKO, Bronislaw. **Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs.** Paris: Payot, 1984.

BENTHAM, Jeremy. Panóptico: memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. Trad. de Ana Edite Ribeiro Montoia. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v.7, n.14, mar./ago. 1987.

BRAGA, Douglas de Araujo Ramos. **Instituto de Menores Artesãos: informação, poder e exclusão no Império do Brasil (1861-1865).** Subprojeto de pesquisa desenvolvido pelo bolsista de iniciação científica (PIBIC). Relatório final. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011.

CARRARA, Sérgio. A ciência e doutrina da identificação no Brasil: ou do controle do eu no templo da técnica. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 82-105, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística correspondente ao ano de 1911, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia do Distrito Federal. **Boletim Policial**, ano VI, n. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, janeiro, fevereiro e março de 1912.

CAVALCANTE, Berenice. A polícia e a nação: a necessidade de segurança interna e tranquilidade pública. **Revista OAB-RJ**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 61-72, 1985.

CORRÊA, Edgard Simões. Escola de Polícia do Distrito Federal – Curso de identificação. **Boletim Policial**, ano VII, n.7. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, maio de 1913.

DREYFYS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault : uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995.

- FOUCAULT, M. **L'Archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, coll. Bibliothèque des Sciences Humaines, 1969.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 1996.
- GOFFMAN, Ervin. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, v.32, n.1, p.60-77, 2003.
- LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- NEDER, Gizlene. **Cidade, identidade e exclusão social**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 106-134, 1997.
- PATRASSO, André. **O Gabinete de Identificação: métodos de informação criminal (1894-1907)**. Subprojeto de pesquisa desenvolvido pelo bolsista de iniciação científica. Relatório final. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.
- _____. **O Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro: métodos de informação criminal (1894-1914)**. Relatório de pesquisa Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011.
- SANTOS, Bruno Gonçalves dos. **Africanos livres na Casa de Correção da Corte (1831-1864): condição jurídica, identidade e resistência**. Subprojeto de pesquisa desenvolvido pelo bolsista de iniciação científica (IC/UNIRIO). Rio de Janeiro, 2011.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOARES, Joice de Souza. **A polícia na Corte Imperial: entre informar, vigiar e punir (1833-1841)**. Subprojeto de pesquisa desenvolvido pela bolsista de iniciação científica (PIBIC). Relatório final. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011.
- THIESEN, I.; RIBEIRO, L. B. Documenter, informer, marquer : le retour à un « nouveau » passé ?. In: **Sciences de la Société**, n.68, mai.2006, pp. 151-159.
- _____. **A informação na pré-história da Ciência da Informação: pré-conceito, natureza, episteme**. Projeto de pesquisa (apoio CNPq). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009.
- _____. Jeremy Bentham et la réforme des prisons au Brésil : l'expérience de la Maison de Correction de la Cour. In: **Révue d'études benthamiennes** [en ligne], 6 / 2010, mis en ligne le 01 février 2010. URL: <http://etudes-benthamiennes.revues.org/76>.
- ZULLI, André Luis Cardoso Azoubel. **Corpo de Guardas Municipais Permanentes: recrutamento, demissão e deserção (1831-1853)**. Subprojeto de pesquisa desenvolvido pelo bolsista de iniciação científica (PIBIC). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011.